

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REFLEXÕES A PARTIR DO ESTÁGIO CURRICULAR EM PEDAGOGIA

Francisca Beatris Sousa dos Santos ¹

RESUMO

Este texto tem como objetivo refletir sobre os desafios e possibilidades de trabalho com a inclusão a partir das experiências no Estágio Curricular Supervisado com foco na diversidade, realizado no sétimo período do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Roraima. O Estágio com foco na diversidade inclui observação e intervenção/regência em escolas públicas de educação infantil ou anos iniciais do ensino fundamental e neste trabalho a experiência relatada fundamentou-se nos estudos acerca da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, pois o recorte trata de um trabalho organizado para uma turma que possui uma aluna com transtorno do espectro autista (TEA). Para a produção deste relato foram utilizadas as seguintes fontes de dados: anotações e observações de atividades desenvolvidas, especialmente com a criança com TEA durante o estágio, o plano de intervenção pedagógica e o relatório de estágio. As análises apontam dificuldades que ainda precisam ser superadas para que o processo inclusivo seja mais efetivo, tais como: acessibilidade do espaço físico, turmas numerosas, material adaptado e, principalmente, formação continuada para os profissionais da escola. Na experiência desenvolvida durante a regência foi possível perceber aprendizagens e comportamentos importantes desenvolvidos pela aluna incluída, tais como: interação com os colegas da classe, conhecimento de si e dos outros, nomes das cores e procedimentos para pintura. Conclui-se que o planejamento elaborado para promover a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças da educação infantil deve considerar a diversidade existente nas salas de aula, pois não é possível pensar em inclusão sem planejar atividades que sejam acessíveis a todos os alunos.

Palavras-chave: Diversidade, Estágio Curricular, Curso de Pedagogia, Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

O Estágio Curricular Supervisionado constitui-se como um componente curricular essencial na formação docente, possibilitando a articulação entre teoria e prática e a construção da identidade profissional do pedagogo. No contexto da disciplina “Organização do Trabalho Pedagógico em Diversidade”, o Estágio III foi desenvolvido com foco na observação e intervenção em práticas educativas voltadas à inclusão e à diversidade, em sintonia com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001).

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Roraima - UFRR, francisca.beatris@hotmail.com;



Esta experiência relata a intervenção em uma turma do 1º ano da Escola Municipal Valderleide Braúna Brandão, localizada no bairro Jardim Equatorial, em Boa Vista – RR, destacando o acompanhamento de uma aluna com TEA (Transtorno do Espectro Autista) e deficiência física, o que possibilitou compreender, de maneira concreta, os desafios da inclusão no ambiente escolar. A experiência foi realizada de forma presencial e reflete as desigualdades estruturais que marcam o sistema público de ensino, especialmente em regiões periféricas.

O objetivo central é refletir sobre os desafios e as possibilidades da inclusão, relacionando as práticas observadas com a fundamentação teórica existente.

A inclusão educacional, entendida como direito humano fundamental, ultrapassa a simples presença física do aluno com deficiência na escola. Trata-se de um processo complexo que requer mudanças estruturais e pedagógicas. Como aponta Mantoan (2015), a inclusão implica repensar o próprio sentido de ensinar e aprender, valorizando a diversidade como princípio norteador das práticas educativas.

Neste sentido, o presente trabalho busca refletir sobre a experiência vivenciada no Estágio Supervisionado III, destacando os desafios enfrentados, as aprendizagens construídas e as implicações pedagógicas dessa vivência para a formação docente e para o fortalecimento de uma educação inclusiva.

O Estágio permite a integração da teoria com a prática. A experiência prática evidenciou que a inclusão não ocorre de maneira automática. O planejamento e a mediação pedagógica são essenciais para que todos os alunos participem de forma ativa, respeitando suas singularidades e promovendo o desenvolvimento cognitivo, social e emocional.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo é qualitativa, baseada em um relato de experiência do estágio com foco na diversidade. Foram utilizadas como fontes de dados: observações sistemáticas em sala de aula, anotações em diário de campo, plano de intervenção pedagógica e relatório final de estágio.

O estágio totalizou 100 horas de atividades, distribuídas entre observação da escola, observação da sala de aula, planejamento, regência e elaboração do relatório final.



A primeira etapa, de observação institucional, permitiu conhecer a estrutura física, o corpo docente e as condições materiais da escola, identificando os fatores que influenciam o processo de ensino e aprendizagem. A segunda etapa concentrou-se na observação da sala de aula e no acompanhamento da rotina de uma criança com TEA e deficiência física. A terceira e a quarta etapas corresponderam ao planejamento e à regência de atividades adaptadas a realidade da turma e às necessidades da aluna acompanhada. A regência foi planejada com base na mediação vygotskiana (Vygotsky, 1998), priorizando atividades lúdicas, visuais e manipulativas, que favorecessem a participação da aluna incluída e o engajamento de toda a turma.

O foco analítico esteve voltado para as práticas pedagógicas de inclusão, a relação entre professor e aluno, o papel do cuidador e a adequação curricular das atividades propostas. A vivência foi complementada por registros escritos, conversas informais com os profissionais da escola e reflexões teóricas, compondo um relato crítico-reflexivo com base no cotidiano educativo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre inclusão escolar está ancorada em diferentes perspectivas teóricas que articulam educação, cultura e desenvolvimento humano. Para Leontiev (2004), toda atividade é impulsionada por uma necessidade, que se objetiva em um motivo e conduz o sujeito à ação. Tal compreensão foi essencial para interpretar as interações da aluna acompanhada no processo de ensino-aprendizagem, pois evidencia que o interesse e a necessidade são motores fundamentais da atividade educativa.

Vygotsky (1998) amplia essa visão ao afirmar que o desenvolvimento cognitivo ocorre mediado pelas interações sociais e culturais. Assim, compreender o aluno em sua totalidade significa reconhecer o papel do outro, da linguagem e do contexto social na construção do conhecimento. A mediação pedagógica, nesse sentido, é o elo que possibilita ao estudante transpor suas limitações e avançar em sua zona de desenvolvimento proximal.

No campo da educação inclusiva, Mantoan (2015) enfatiza que a escola precisa romper com modelos excludentes e homogeneizadores, abrindo a diversidade como valor educativo. A inclusão, segundo a autora, não é um favor ou uma concessão, mas um



direito que demanda reorganização curricular, formação docente e comprometimento político.

Por fim, Freire (1996) ressalta que “educar é um ato de amor, por isso, um ato de coragem”. A educação inclusiva, portanto, deve promover a libertação do sujeito por meio do diálogo, da escuta e do reconhecimento de sua humanidade. A prática pedagógica que se propõe inclusiva deve ser crítica, criadora e transformadora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados revelou que, embora o discurso institucional da escola observe o princípio da inclusão, as condições reais para a efetivação de práticas inclusivas ainda são marcadas por contradições estruturais, pedagógicas e culturais. O ambiente escolar, situado em uma região periférica, carece de recursos materiais, acessibilidade física adequada e formação continuada dos profissionais, o que limita a implementação de estratégias pedagógicas eficazes voltadas para alunos com deficiência.

Durante o acompanhamento da aluna com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e deficiência física, observou-se que o processo de aprendizagem foi significativamente influenciado pela qualidade das mediações pedagógicas e das relações afetivas estabelecidas no cotidiano. De forma coerente, Leontiev (2004) argumenta que toda atividade humana é movida por uma necessidade e se concretiza em um objeto de motivação. Ao reconhecer as motivações individuais da aluna, tornou-se possível desenvolver estratégias que conectassem o conteúdo curricular às suas experiências e interesses. Esse olhar atento e sensível à singularidade do educando é um dos pilares de uma prática pedagógica humanizadora.

Atividades que incorporavam elementos lúdicos, visuais e concretos, como jogos, pinturas e uso de imagens, favoreceram a compreensão e a interação da aluna com o grupo. Essa constatação está em consonância com Vygotsky (1998), que afirma que o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais e das mediações culturais. O papel do professor, nesse sentido, ultrapassa o simples ato de ensinar conteúdos; ele atua como mediador, criando condições para que o aluno acesse o conhecimento a partir de suas potencialidades.

Dessa forma, a prática do estágio contribuiu para ampliar o entendimento de que a inclusão é um processo coletivo e contínuo, que exige o envolvimento da gestão escolar,



da comunidade e das políticas públicas. Não basta apenas inserir o aluno com deficiência no espaço escolar; é necessário criar condições para que ele se desenvolva cognitivamente, emocional e socialmente.

Contudo, verificou-se que o sucesso dessas práticas inclusivas depende fortemente da iniciativa e sensibilidade individual de determinados professores. A ausência de um projeto político-pedagógico (PPP) efetivamente comprometido com a diversidade, bem como a falta de políticas institucionais de apoio, dificultam a consolidação de uma cultura escolar verdadeiramente inclusiva. Essa realidade confirma a análise de Mantoan (2015), segundo a qual a inclusão não se concretiza apenas pela matrícula do aluno com deficiência, mas pela reconfiguração de toda a estrutura e das relações escolares.

Outro ponto relevante observado foi o papel do cuidador. Apesar de ser uma figura essencial no acompanhamento da aluna, esses profissionais não possuem formação pedagógica, o que limita sua capacidade de intervir de maneira educativa e integrada às práticas de ensino. Essa lacuna reflete a falta de articulação entre as políticas de inclusão e as condições concretas de trabalho, reforçando a necessidade de formação específica e valorização desses agentes.

Além disso, o estágio evidenciou que a inclusão requer um olhar coletivo. A atuação docente isolada, sem o apoio de uma equipe multidisciplinar, reduz o potencial das ações inclusivas a esforços individuais.

Em contraposição às dificuldades estruturais, observou-se a existência de práticas exitosas, ainda que pontuais, como o acolhimento afetivo e o uso da escuta sensível por parte de alguns docentes. Essas atitudes, embora simples, demonstraram impacto significativo na autoestima e no engajamento da aluna. A afetividade, conforme Freire (1996), constitui dimensão essencial do ato educativo, pois não há ensino sem vínculo e reconhecimento do outro como sujeito de direitos.

Assim, a experiência vivenciada durante o estágio permitiu constatar que a inclusão não se resume à presença física do aluno com deficiência em sala, mas envolve o reconhecimento de suas singularidades e a promoção de condições pedagógicas que favoreçam seu desenvolvimento integral. A verdadeira inclusão, portanto, é aquela que transforma a cultura escolar, ressignifica o papel do professor e democratiza o acesso ao conhecimento.

Essa constatação reafirma a urgência de políticas públicas voltadas à formação docente continuada, à melhoria da infraestrutura escolar e à implementação de um currículo flexível, interdisciplinar e culturalmente sensível. A educação inclusiva, como



aponta Freire (1996), é um ato político e libertador, e só se concretiza quando a escola se compromete em garantir não apenas o acesso, mas também a aprendizagem e a participação plena de todos os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estágio Supervisionado III proporcionou uma experiência formativa significativa, que contribuiu para a consolidação de uma prática docente crítica e sensível a diversidade, permitindo não apenas a observação do processo educacional em sua complexidade, mas também a vivência prática dos desafios e potencialidades da inclusão escolar. Ao acompanhar de perto a rotina de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e deficiência física, foi possível compreender que a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva vai muito além das políticas e documentos oficiais, ela depende da ação concreta, do compromisso ético e da sensibilidade humana dos sujeitos que compõem o espaço escolar.

Essa experiência reforçou a ideia de que incluir é um ato político, pedagógico e afetivo. Político, porque implica reconhecer e garantir direitos; pedagógico, porque demanda reorganização do currículo, dos métodos e das estratégias de ensino; e afetivo, porque requer empatia, paciência e amorosidade na relação com o outro.

Constatou-se, durante o estágio, que muitos dos obstáculos à inclusão se originam da ausência de recursos estruturais, da falta de formação continuada e da carência de suporte pedagógico às escolas. Tais fragilidades evidenciam a urgência de políticas públicas mais efetivas e integradas, que considerem as reais demandas dos alunos e dos profissionais da educação. A inclusão não pode ser vista como um favor, mas como um direito inalienável, sustentado por princípios de equidade e justiça social.

Por outro lado, as observações realizadas também apontam que, mesmo diante das limitações, há experiências potentes e inspiradoras, protagonizadas por educadores comprometidos e criativos, que buscam, com os recursos disponíveis, garantir a participação dos alunos com deficiência no processo educativo. Essas ações mostram que a transformação é possível quando há intencionalidade pedagógica, sensibilidade e vontade de fazer diferente.

O estágio proporcionou, ainda, o amadurecimento da compreensão de que o professor é um agente transformador, mediador entre o conhecimento e o aluno. Inspirada



nas contribuições de Vygotsky (1991) e Leontiev (2004), percebe-se que o desenvolvimento humano é construído socialmente, por meio de um processo de apropriação da cultura, no qual o papel do educador é justamente criar condições para que essa mediação aconteça de forma significativa. Isso implica compreender que cada sujeito aprende de maneira singular e que as práticas pedagógicas devem respeitar e valorizar essas diferenças.

Além disso, a vivência na escola pública revelou que a inclusão precisa ser compreendida como um processo contínuo e coletivo, e não como uma ação isolada ou pontual. Exige planejamento, formação, acompanhamento e, sobretudo, comprometimento institucional. A escola precisa se reconhecer como um espaço plural, acolhedor e democrático, onde todos os alunos, professores, gestores e familiares participem da construção de um ambiente de pertencimento.

A partir dessa experiência, consolidou-se a compreensão de que a educação inclusiva é também uma educação transformadora, capaz de promover não apenas o aprendizado, mas o desenvolvimento integral e humano de todos os sujeitos envolvidos. Como destaca Baptista (2011), “a inclusão escolar não é apenas um modelo de ensino, mas um projeto de sociedade que valoriza a diversidade e combate às desigualdades”.

Portanto, o Estágio Supervisionado III não se limitou a um cumprimento curricular; foi um exercício de reflexão sobre o papel social do educador e a necessidade de construir uma prática docente sensível, crítica e transformadora. O contato direto com a realidade escolar, com suas limitações e potencialidades, fortaleceu o compromisso com uma educação que não apenas ensina, mas forma cidadãos conscientes, éticos e empáticos.

Por fim, este percurso reafirma que a educação inclusiva é um caminho em permanente construção, e que o desafio de garantir o direito de aprender a todos os alunos é também o maior e mais belo propósito da profissão docente. A escola que acolhe, respeita e reconhece a diversidade humana é, sem dúvida, o espaço mais fértil para o florescimento de uma sociedade mais justa, solidária e humana.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, fonte de inspiração, força e esperança, por conduzir meus passos ao longo dessa trajetória acadêmica. Registro também minha



profunda gratidão à professora Edlauva Oliveira dos Santos, cuja orientação e compromisso com a formação docente foram fundamentais para a realização deste trabalho. Sua experiência, apoio e olhar atento proporcionaram contribuições valiosas. Agradeço também à minha família e amigas pelo incentivo constante, o apoio e as trocas de saberes que fortalecem a percepção de que a educação é, acima de tudo, uma construção coletiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001*. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 14 set. 2001.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2015.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

